



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CEM ANOS DE LIBERDADE

1884 — 1984

- Lúcio Alcântara
- Evandro Ayres de Moura
- Paes de Andrade
- Abdias do Nascimento

BRASÍLIA—1984

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

CEM ANOS DE LIBERDADE
(1884-1984)

**Discursos proferidos na Sessão de
26 de março de 1984, pelos Deputados
Lúcio Alcântara, Evandro Ayres de
Moura, Paes de Andrade e Abdias do
Nascimento**

Coordenação de Publicações

BRASÍLIA — 1984

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS
47ª Legislatura — 2ª Sessão Legislativa
Nº 7

SUMÁRIO

	Pág.
Discurso do Deputado Lúcio Alcântara	5
Discurso do Deputado Evandro Ayres de Moura	11
Discurso do Deputado Paes de Andrade	15
Discurso do Deputado Abdias do Nascimento	23

**DISCURSO DO
DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA**

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PDS — CE) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo hoje a tribuna desta Casa para homenagear o povo cearense pela iniciativa do movimento abolicionista.

A escravatura representa, sem dúvida, um dos capítulos mais deprimentes da História do Brasil. Deprimente, repito, por sua causa geradora — o lucro desumano — e pela humilhação com que o homem era tratado. Na verdade, o escravo era apenas uma peça na máquina de produção de fortuna para os senhores detentores do dinheiro e do poder.

Foi em 1516 que se instalou no Brasil a primeira experiência do plantio da cana-de-açúcar. Riqueza que em pouco tempo passaria a substituir a da extração da madeira de tinturaria. Este é o início de profunda mudança no panorama sócio-econômico da nossa terra. O ciclo da indústria extrativa cede lugar à indústria açucareira. Instala-se o 2º período da História Colonial. Ao Reino seria bem-vinda qualquer pessoa que quisesse explorar terras brasileiras, desde que lhe fosse paga a quinta parte do produto conquistado. Tal medida incentivou a exploração incontida da riqueza sem qualquer controle dos meios empregados para conquistá-la. O bem maior era o lucro. A formação de fortunas foi perseguida sem tréguas e sem escrúpulos. A indústria de açúcar progrediu admiravelmente em duas Capitânicas: Pernambuco e São Vicente. Os engenhos eram movidos a água e boi. Os engenhos constituíram-se na primeira experiência brasileira da exploração do homem em favor do lucro. Inicialmente subjugou-se o índio, mais tarde o negro africano. Surge aí o tráfico de homens de cor. Estabelece-se a escravatura. Segundo Gilberto Freyre, “o Brasil era o açúcar e o açúcar era o negro”. O escravo era por assim dizer a mola mestra dos senhores de engenho. Ao lado do progresso da indústria açucareira crescia o mercado de carne humana. Do braço negro se irradiava a força dos moinhos. Do suor negro o crescimento das fortunas. Teve início na metade do século XVI o negócio que duraria pelo menos 3 séculos: o tráfico de escravos — comércio que usava o ser humano como mercadoria; que utilizava o homem como objeto gerador de dinheiro.

Se de um lado, o enriquecimento dos barões e da Coroa se dava de forma acelerada, por outro, se verificava a formação de uma sociedade fácil de ser dominada em decorrência da escravidão e da passividade política.

Gustavo Barroso em sua “História Secreta do Brasil” declara que por esta época, de uma população de 3.817.000 habitantes, 1.718.000 eram escravos.

Este dado nos permite chegar à conclusão de que a sociedade brasileira de então era subjugada e omissa. Usando e explorando a mão-de-obra negra, o Brasil viveu mais de 3 séculos. O negro cumpriu, na maioria das vezes passivamente, a sua missão de contribuir com sua vida para o enriquecimento desmedido de uma minoria privilegiada e dominadora. Pode-se afirmar que no Brasil a exploração do homem pelo homem consolidou-se a partir do trabalho escravo.

Srs. Deputados, é lamentável admitir-se a existência da escravidão no Brasil. Lamentável, sobretudo, pela total insensibilidade que se estabeleceu diante do sofrimento experimentado pelo negro.

Mas desejos de liberdade e justiça inerentes às pessoas não permaneceram calados no seio dos escravos. Embora oprimidos, revoltavam-se com as condições de vida que lhes eram impostas pelos senhores brancos. Fugas eram registradas. Organizações negras se fundaram. Ressalto aqui uma das mais belas expressões de luta pela liberdade. O Quilombo dos Palmares, verdadeiro estado negro que se instalou dentro da Colônia Portuguesa. Constitui o Quilombo dos Palmares um dos mais significativos gritos de revolta do escravo. Uma comunidade consciente que se tornou símbolo da resistência contra a escravatura, ainda no século XVII.

O Brasil, senhores, caminhou a escalada da fortuna usando o homem de forma servil. Somente a partir do século XIX se iniciou uma nova fase na história dos escravos: a abolição. Explodiram os centros abolicionistas. Jornalistas e intelectuais da época bradavam por liberdade. Estava deflagrado um novo momento. Um clima em favor do negro começava a tomar vulto. A luta pela liberdade negra se estenderia até 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Mas foi o Ceará o berço da abolição. Aí se cumpriu, em 25 de março de 1884, o primeiro ato definitivo e radical em favor do homem escravizado.

O objetivo maior da História, Srs. Deputados, é, sem dúvida, o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo. Vamos passar à análise dos fatos. Eles fizeram e farão sempre a história de um povo.

Cearense que sou, falo com orgulho sobre a redenção do negro. Mesmo que aquele momento tenha sido respaldado em interesses econômicos.

Foi no ano de 1884 que explodiu a paixão libertadora acalentada há tanto tempo. Ano em que se concebeu, finalmente, a idéia de libertar o homem de cor, permitindo-lhe o direito de dispor de sua própria vida, orientar seu próprio destino, suas próprias vontades. Libertou-se, em 1884, o corpo do negro dos castigos e dos maus tratos, mas libertou-se principalmente sua alma, suas emoções, seus desejos. Abrandou-se sua saudade devolvendo-lhe a vida.

A idéia da abolição ocupou a mente do povo cearense, empolgando-o, comprometendo-o com a causa, contagiando-o. Nunca se presenciou tanto arrebato. Sequer os problemas comuns daquela terra, como a seca e a miséria, sensibilizaram tanto o povo. Dominada por um sentimento contagiante, a

idéia foi ganhando força e fez-se vitoriosa no ano de 1884. A abolição sofreu uma trajetória. Se não vejamos: a busca incontida de lucros e a ganância incontida pelo poder evoluíram para que no século XVIII se iniciasse a fase do capitalismo industrial. Essa nova fase atingiria, inevitavelmente, o trabalhador. Começava-se a perceber que o trabalho manual era insuficiente para o que se desejava possuir. Notícias provenientes da Europa mostravam que a produção feita através de técnicas modernas era superior à artesanal. Foi, na verdade, a causa econômica a maior responsável pela transformação social conquistada.

O movimento antiescravista ganhou corpo, uma vez que já agora os proprietários desejavam modificar os processos de produção. Quanto maior a produção, maiores lucros. A mão-de-obra escrava tornava-se impotente para a obtenção dos lucros almejados. Pode-se afirmar que a ascensão do movimento abolicionista coincidiu com a mudança de pensamento dos senhores brancos em relação à mão-de-obra escrava.

No Ceará, os efeitos produzidos pelas secas prejudicavam significativamente a pecuária, e avolumavam-se as perdas, obrigando os donos de terras a se desfazerem de seus currais e senzalas, em busca de prejuízos menores.

É curioso observar como interesses comerciais puderam gerar movimentos tão fortes em defesa dos direitos humanos. Longe de mim a idéia de diminuir os méritos dos líderes do movimento abolicionista. Muito pelo contrário, louvo seus atos, sua coragem, sua consciência humanística.

O movimento capitalista, que havia encontrado no braço escravo grandes possibilidades de lucro, passou a perceber que, utilizando a mão-de-obra livre, na pessoa do emigrante, engrossaria ainda mais as suas possibilidades de ganho. O Ceará soube aproveitar o momento e limpar seu povo da mancha escravista. Movimento que se revestiu de coragem e emoção. O cearense soube honrar seu ideal redentor, liberando os negros dos desrespeitos que lhes eram impingidos. A movimentação apaixonada dos abolicionistas ganhou força quando certos cafeicultores passaram a defender seus próprios interesses utilizando-se da nobre causa de homens de bem que desejavam com honestidade realizar a libertação dos negros. De um lado, o povo cearense emocionava-se pela causa de forma sincera e fiel; de outro, a mão forte dos barões do café apoiava a idéia do trabalho livre. Este apoio, embora comprometido com o interesse pessoal e o lucro, foi decisivo para que se conquistasse a liberdade para os negros.

É justo que se ressalte o entusiasmo e a fidelidade à causa dos direitos humanos inspiraram ao povo cearense o acontecimento da libertação, mesmo que os poderosos tenham sido beneficiados com o fato. É preciso que se reafirme e se perceba a pureza dos gestos do homem cearense. É importante que se reconheça que no Ceará estabeleceu-se um compromisso com a causa do negro. Aí se denuncia a sujeição e exploração do homem pelo homem. O Ceará serviu de palco ao grande ato histórico. Esta foi uma bela e longa cruzada. Mas felizmente vitoriosa.

Os meus respeitos à memória de quantos fizeram, com sua força, sua coragem e idéias, a causa redentora. Os meus respeitos ao povo da minha terra pela bravura e seriedade de seus atos. Os meus respeitos ao povo negro que contribuiu decisivamente para a grandeza deste nosso País.

Faço minhas as palavras de Joaquim Nabuco, que expressam toda a grandeza do ato abolicionista:

“O que o Ceará acaba de fazer não significa por certo ainda — O Brasil da Liberdade; mas modifica tão profundamente o Brasil da Escravidão que se pode dizer que a nobre província nos deu uma nova pátria. A imensa luz acesa do Norte há de destruir as trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha dessa claridade.”

Na verdade, a iniciativa da redenção negra no Ceará levou o Brasil a caminhar com maior empenho em busca da abolição: 4 anos depois, é promulgada a Lei Áurea, tornando livres todos os negros escravizados.

Cem anos passados, e vivemos hoje momentos de novas e profundas injustiças. Já não se presencia a entrada de negros nos portos, já não se concretizam senzalas. No entanto, existe hoje outra forma de discriminação social. A má distribuição de renda faz deste País um País de opressores e oprimidos, de senhores e escravos. É a sujeição do mais forte sobre o mais fraco. É a permanência, e cada vez mais, do fortalecimento das distorções sociais. É o Brasil dos ricos e o Brasil dos pobres. Já não se detecta de maneira nítida o racismo do branco ou do negro. Embora exista, e muito forte ainda, o preconceito. O racismo a que hoje assistimos traduz-se na repressão contra aquele que não detém poder ou fortuna. E o pior, a permanência do poder nas mãos de poucos privilegiados. O cidadão brasileiro continua de certo modo à margem do processo de redemocratização. As decisões são tomadas em favor dos interesses de uma minoria. Problemas como recessão, fome, desabrigo são comuns à nossa sociedade. De um lado, a agressão urbana que se instala e perpetua; de outro, a violência praticada no campo, descaracterizando o homem do sertão. A fragilidade da economia brasileira estabelece um clima de insegurança da população em relação ao seu futuro. É preciso reconhecer que se vive hoje, 1984, uma nova forma de escravidão. Aquela que já não permite um novo movimento abolicionista, porque disfarçada. Ocorre toda sorte de desrespeito humano. Desacreditam-se os ideais democráticos. Submete-se o País a novas formas de dominação econômica. Este momento, senhores, é maior que a dimensão política do Ceará e a vocação libertária da sua gente. Este momento cabe aos representantes populares denunciar, cabe ao povo reclamar, cabe a todos mudar. (Palmas.)

**DISCURSO DO
DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA**

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PDS — CE) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Ceará engalana-se em suas comemorações civícas. É que há 100 anos, em 25 de março de 1884 — um fato que, à época, mostrou a bravura de seus dirigentes e de suas lideranças políticas — declarou-se a libertação dos escravos no Ceará, antecipando-se, assim, de 4 anos à Lei Áurea.

Ganhou do grande tribuno José do Patrocínio e do abolicionista Joaquim Nabuco o nome de Terra da Luz, orgulho de seus filhos. E, por uma coincidência agradável, naquele mesmo dia fundava-se em Fortaleza a Escola Normal para formação de professores e que, durante este século, dali sairiam para ensinar à juventude milhares de mestres que semeavam o saber.

Fazendo estes dois registros, congratulamo-nos com o povo do Ceará pelo Centenário da Libertação dos escravos, e com a Escola Normal, na pessoa de sua diretora Maria Eldair Barros de Oliveira Freitas, grande e dedicada educadora, pelos benefícios que tem a Escola Normal prestado à gente e à juventude cearense.

**DISCURSO DO
DEPUTADO PAES DE ANDRADE**

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB — CE) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo do Ceará comemora hoje uma das mais gloriosas datas de sua História. A 25 de março de 1884 proclamava-se em nossa terra a abolição da escravatura. Quando, no resto do País, permaneciam ainda as instituições maculadas pela mais vergonhosa mancha negra de nossa História nacional — ou, como prefere dizer o Deputado Abdias do Nascimento, pela abominável “mancha branca” da escravidão — adiantavam-se os cearenses a todas as outras províncias, promovendo a libertação dos escravos. Podemos, assim, antes de todos os demais brasileiros, celebrar o primeiro centenário da abolição.

“E por isto a voz do povo chamou-a Terra da Luz.”

Nestes singelos versos de Juvenal Galeno, em que o velho bardo popular de nossa terra evoca a abolição da escravatura, o epíteto glorioso atribuído ao Ceará incorpora a própria vocação do povo cearense — a vocação para a liberdade.

A constante invocação da liberdade pelos homens públicos, em todos os tempos, pode parecer, às vezes, a oca e fatigada repetição de um lugar-comum, o simples e vazio recurso retórico dos oradores políticos sem assunto e sem bandeira.

Mas quando se pensa no que significou realmente a liberdade para os escravos, explorados até à morte pelo senhorio que os vendia como gado, apartando nos currais humanos da época o marido de sua mulher, a mãe de seu filho, o irmão de seu irmão — então a noção da liberdade adquire um valor vivo e palpável.

A crônica da escravidão é tão hedionda e tão infame na História do Brasil que, ao ocupar o Ministério da Fazenda, depois da proclamação da República, Rui Barbosa mandou incinerar todos os papéis escritos que a documentavam. Julgava, com esse gesto de falso pudor e de hipocrisia diante da História, estar poupando às gerações futuras a memória de seus vergonhosos antecedentes. Melhor teria feito se deixasse intactos e expostos à execração pública os autos do corpo de delito dessa monstruosidade, para que ardessem para sempre, como ferro em brasa na pele da Nação. Talvez assim o País pudesse guardar a marca e o remorso de seus crimes e de seus pecados contra os direitos humanos.

Os cearenses de 25 de março de 1884, que lavraram o ato de abolição da escravatura para toda a província, nas proclamações de Icó e de Baturité, consoli-

daram o gesto para o qual madrugara um ano antes a cidade Acarape, mais tarde, por este motivo, chamada de Redenção.

Desse modo, a partir de 1884, há um século, o Ceará tornou-se o primeiro palmo de terra limpa na História deste País, o primeiro palmo de chão pisado apenas por homens livres. A adesão de nosso povo à causa da liberdade foi tão completa, que nela se empenharam todas as classes sociais, os grandes e os humildes, destacando-se entre estes o jangadeiro Chico do Nascimento — o famoso Chico da Matilde — que a História consagrou como Dragão do Mar. Graças a homens como ele, no Ceará não se embarcavam nem se desembarcavam mais escravos.

A decisão dos jangadeiros cearenses, de boicotar o tráfico de escravos no porto de Fortaleza, foi talvez a primeira greve de trabalhadores marítimos na História do Brasil. A mais nobre das greves, pela grandeza de seu significado humano.

A História guarda o gesto comovedor dos negros que, ao atravessarem a fronteira da província libertadora, caíam de joelhos para beijar o chão da terra na qual voltavam a ser livres como o eram nas praias de seu país africano. Era sob o céu do Ceará que recuperavam a dignidade da vida e podiam balbuciar as primeiras palavras de esperança nos direitos humanos.

O País inteiro, toda a imprensa do Rio, todas as vozes democráticas do Brasil comemoraram a grandeza do gesto do Ceará. A mocidade da Escola Militar editou uma poliantêia com o título de “Ceará”, glorificando a primeira província do País que escolhera a liberdade. Toda a grande imprensa de então, a **Gazeta de Notícias**, o **Jornal do Commercio**, a **Folha Nova**, a **Revista Ilustrada** comemoraram o feito com entusiasmo. —

“As penas do ilustrado Enes de Sousa” — conta o historiador Gustavo Barroso — “do grande Ferreira de Araújo, do ardente Quintino Bocayuva, do glorioso Machado de Assis, do entusiasmado Generino dos Santos, do imortal Visconde de Taunay, do austero João Clapp, do erudito Carlos de Laet, do arrebatado José do Patrocínio, do poético Alberto de Oliveira, do sentimental Valentim Magalhães e do inspirado Luíz Murat consagraram a glória da cidade de Redenção.”

Na poliantêia “Ceará”, da Escola Militar, escreveram sobre o fato grandes homens e jovens que depois chegariam às mais altas posições do País: Dias de Oliveira, Lauro Müller, Saturnino Cardoso, Ximenes Villeroy, Jaime Benévolo, Antônio Azeredo, Benjamim Constant, Paulo de Frontin e André Rebouças. Houve passeatas e comícios em todo o Brasil saudando a decisão do povo cearense.

No Acarape — hoje Redenção — a primeira cidade libertadora, os sertanejos de minha terra, por ocasião do cinquentenário abolicionista, ergueram um

monumento na pequena praça central, em homenagem aos seus antepassados que, segundo diz a inscrição na pedra memorial, “proclamaram a liberdade da raça negra e fizeram de sua terra o berço das auroras e a primeira faísca do heroísmo atirada aos ventos do futuro”.

Na frase condoreira refletia-se a importância do acontecimento, que Joaquim Nabuco considerava haver adiantado de anos a luta pela abolição no Brasil. No Parlamento, em nome da segurança nacional e de razões econômicas — surrada invocação ainda hoje usada para justificar o cerco às liberdades públicas — empedernidos escravocratas malsinavam o gesto do povo cearense e defendiam os direitos de propriedade humanas dos senhores de escravos. E quando os representantes do escravagismo sustentavam que a segurança da Pátria dependia da manutenção do sistema infame, foi a voz de um representante do Ceará, o Barão de Jaguaribe, que se levantou para dizer que preferia não ter Pátria a ter uma Pátria aviltada e desonrada, construída sobre a lama e o sangue de seres humanos escravizados.

No Ceará, clero, nobreza e povo irmanam-se, andam juntos na jornada cívica que só terminaria com a vitória da abolição.

João Cordeiro inflama a terra e rebela o povo. Ao chegar à sede da Sociedade Cearense Libertadora, “com a mão posta, não nos evangelhos, mas no cabo do punhal”, grita para os abolicionistas presentes: “Matar ou ser morto em bem da abolição!” Este o julgamento indignado da honra cívica do Ceará. Almino Afonso responde, exclamando: “Um por todos, todos por um” lembrando, em seguida: as idéias, no entanto, transformam mais que as armas. E assim, sem armas e sem sangue, o Ceará alteava-se na luta contra o cativo.

Na pugna imensa, as mulheres cearenses reúnem-se na Sociedade das Senhoras Libertadoras, postadas na mais avançada linha revolucionária. Maria Tomázia Filgueiras Lima, Francisca Nunes da Cruz, Elvira Pinho, Joana Bezerra e tantas outras escreveram páginas candentes da rebeldia, da inconformidade e da repulsa do Ceará ao escravagismo. Maria Tomázia lavrara assim o protesto das mulheres cearenses:

“Se esta heróica cidade de Fortaleza foi o quartel-general do pensamento emancipador, a seus generosos habitantes corre, neste momento, o glorioso dever de reduzir a estilhaços os ferros dos poucos cativos que ainda protestam contra a lei que há três séculos os têm seqüestrado das comunhões civis e políticas.”

Joaquim Nabuco exalta o movimento cearense:

“O que o Ceará acaba de fazer não significa por certo ainda o Brasil da liberdade; mas modifica tão profundamente o Brasil da escravidão, que se pode dizer que a sua nobre província nos deu uma nova Pátria. A imensa luz acesa do Norte há de destruir as trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha desta Claridade.”

Sr. Presidente, deixo, aqui, na evocação da grande festa da libertação, a ata de 25 de março de 1844 — assinada por João Capistrano de Abreu, por Dom Luiz Antônio dos Santos, Arcebispo da Bahia; Dom Joaquim José Vieira, Arcebispo Diocesano; Doutor Sátiro de Oliveira Dias, Presidente da Província; Doutor João dos Reis de Souza Dantas, Chefe de Polícia; Tomás Cavalcante de Alburquerque, Maria Tomázia Filgueiras Lima:

“Aos 25 dias do mês de março do ano de 1844, do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo, sexagésimo segundo da independência nacional, segundo da libertação do município do Acarape, nesta cidade de Fortaleza, na praça do senador Castro Carreira, em frente ao Edifício da Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité, às 12 horas do dia, reunidas milhares de pessoas no imenso anfiteatro ali erguido, começou a magna sessão em que o Ceará foi proclamado a primeira província livre do Império do Brasil. Àquela hora achavam-se presentes à grande reunião popular os excelentíssimos senhores Dom Luiz Antônio dos Santos, Arcebispo da Bahia, Dom Joaquim José Vieira, Diocesano, Dr. Sátiro de Oliveira Dias, presidente da Província, Dr. João dos Reis de Souza Dantas Filho, chefe de Polícia, membros da Sociedade Cearense e Libertadora, diversos chefes de repartições públicas, membros da Assembléia Provincial e da Câmara Municipal desta cidade, autoridades civis e militares, representantes do alto clero, representantes de muitas associações e corporações desta Província e da paz, funcionários de diversas categorias, comerciantes, industriais e artistas, representantes da imprensa da Província e da paz, dona Tomázia Filgueiras Lima, diretora-geral da Sociedade das “Senhoras Cearenses Libertadoras”, à frente da brilhante legião das senhoras que representarão os 58 municípios da Província, corpo consular e membros de todas as classes sociais. No meio de indescritível entusiasmo popular, o Excelentíssimo Senhor Doutor Sátiro de Oliveira Dias, usando da palavra, fez nos seguintes termos a declaração de achar-se livre nesta Província: “Ave libertas” em homenagem à razão e ao direito aos grandes princípios da civilização e da humanidade, para honra do reinado do Senhor Dom Pedro II e para glória imortal do povo cearense, em nome e pela vontade deste mesmo povo proclamamos ao país e ao mundo. A Província do Ceará não possui mais escravos! Viva S. M. o Imperador! Viva a Constituição e a liberdade! Viva o glorioso 25 de março! “Por essa ocasião, o imenso auditório, pondo-se em pé, sancionou o auto de Sua Excelência com repetidas e ruidosas aclamações e manifestações de entusiasmo e prazer. Para constar o que lavrou-se este auto, que transmitirá à posteridade a memória do grande decreto do povo cearense, que firmou soberanamente a igualdade e confraternidade social de todos os habitantes desta Província.”

A abolição do sistema servil, Sr. Presidente, ofereceu as reflexões para o momento que vivemos. Nominalmente abolida, afinal, pela decisão da Princesa Isabel, a escravidão existe hoje em nosso País, sob outros disfarces e outras formas. O País não está sendo digno do gesto de seus maiores. A Princesa Isabel foi advertida, pelos Conselheiros do Império, de que sua assinatura à lei da libertação acabaria derrubando o trono. Preferiu arriscar a coroa a vê-la sustentada pelo regime da escravatura. O exemplo do povo cearense — ela mesma o diria — guiou sua mão, ao assinar a lei redentora. A mão que José do Patrocínio beijaria comovido, há de ficar na memória do povo negro, em que pese às limitações da abolição. Pois hoje, de certo modo, grandes camadas da população negra, como grandes contingentes de brasileiros da própria etnia indígena, mestiça ou europóide que compõem esta Nação, vivem numa clamorosa situação de servidão econômica e cultural, social e política.

A comemoração do 25 de março, hoje celebrada em festa no Ceará, deve servir-nos como uma advertência: a de que estamos diante do desafio de uma nova e verdadeira abolição da escravatura, a escravatura que hoje oprime negros e brancos, mestiços e índios, em todas as partes do território nacional. (Palmas.)

**DISCURSO DO
DEPUTADO ABDIAS DO NASCIMENTO**

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO (PDT — RJ) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho exposto várias vezes, desta tribuna, o desencanto e a frustração da comunidade negra do nosso País com a chamada abolição da escravatura de 1888. Entretanto, não posso calar minhas homenagens e a dos meus irmãos de raça a todos aqueles heróis negros e combatentes brancos que confrontaram e cambateram o execrável regime servil.

É em nome do meu partido, o PDT, que assomo a esta tribuna para assinalar o centenário da libertação dos escravos da Província do Ceará, ocorrida a 25 de março de 1884, portanto, quatro anos antes da tardia e inoperante Lei Áurea.

O movimento antiescravocrata teve seu ponto alto, naquela Província, precisamente a 8 de dezembro de 1880, quando foi fundada a Sociedade Cearense Libertadora, constituída por líderes de todas as classes sociais, com a participação de homens de negócios progressistas, clero, estudantes, operários e intelectuais.

Já existia uma outra agremiação, a Perseverança e Porvir, com a presença de comerciantes conservadores, com alguns vagos lampejos abolicionistas, que queriam a organização à sombra da lei, a fim de o Imperador D. Pedro II não ser molestado...

É claro que o povo formou ao lado da Libertadora Cearense, cujos chefes eram João Cordeiro, os irmãos José e Isaac do Amaral, João Teles Marrocos e o glorioso jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado “Dragão do Mar”. Era um simples homem do povo, mas ao mesmo tempo um negro sábio em amor à justiça, à liberdade e à dignidade humana dos africanos escravizados. Francisco exercia função de Prático-Mor do porto de Fortaleza.

Convivendo com a gente humilde da qual era parte, jamais aceitou o transporte de escravos nas jangadas, único meio de a carga humana chegar aos navios negreiros, cujos proprietários arrebanhavam seres humanos, como gado, para vendê-los nas praças do Recife, Belém e Manaus, onde se tornavam ainda mais escravos nos canaviais e seringais.

A Libertadora só tinha um artigo que servia de Estatuto: “Libertar os escravos por todos os meios ao seu alcance”.

Cada grupo de libertadores ficou com uma tarefa. Os intelectuais lançaram o jornal **O Libertador**, que diferentemente de certos órgãos da chamada grande

imprensa de hoje, que se vendem ao dinheiro dos aparteístas, não recebia anúncios dos senhores negreiros.

Edmar Morel, o corajoso escritor que forçou a entrada de João Cândido na História do Brasil, escrevendo “A Revolta da Chibata”, passou sua infância e parte da juventude em Fortaleza e pesquisou o problema da Abolição, no Ceará, e escreveu o “Dragão do Mar”, agora em 3ª edição, com o título de “O Vendaval da Liberdade”, lançado pela Global, de São Paulo.

O escritor, que insiste em dizer que é, apenas, um repórter que exalta os heróis da ralé, mostrou ao Brasil como um jangadeiro, homem rude do mar, contribuiu de maneira decisiva para acabar com o cativeiro no Ceará. Acontecimento único em nossa História, pois não houve decreto e sim uma proclamação do Governo Sátiro Dias, numa praça pública, sob aplausos delirantes da multidão.

Foi na classe social mais humilde que surgiram dois titãs na luta de vida e morte contra a escravatura, ambos jangadeiros: Francisco José do Nascimento, na intimidade Chico da Matilde, como se chamava sua mãe, e José Napoleão, o qual, voluntariamente, passou a liderança dos praieiros ao Dragão do Mar.

No dia 30 de agosto de 1881, amanheceu no ancoradouro de Fortaleza o Navio “Espírito Santo”, que deveria conduzir 38 escravos para o Sul. Nascimento tomou uma atitude varonil:

“— No porto do Ceará não se embarcam mais escravos”.

Os senhores negreiros foram ao extremo.

“— Ou os escravos embarcam ou correrá sangue!”

Já, então, Nascimento, apoiado pelos libertadores, ouviu um coro:

— “Pois corra sangue!”

Naquele dia histórico, estava selada a sorte da escravatura no Ceará, e Francisco José do Nascimento ficou de sentinela, rondando pela inviolabilidade do porto.

Os escravagistas passaram a trafegar pelos sertões, fugindo à vigilância dos libertadores, que, em grupos, arrancavam os negros dos coches em que viajavam, camuflados de homens livres, devolvendo-os à liberdade perdida, ainda nas terras africanas, invadidas pelos agressores europeus.

Faltava, porém, a presença de um tribuno que incendiasse as massas. José do Patrocínio desembarcou em Fortaleza a 30 de novembro de 1882 e logo passou a discursar em praça pública ao lado de Nascimento. Com seu verbo de fogo, Patrocínio ajudou a destruir os grilhões, os eitos, as gargalheiras e outros instrumentos de tortura utilizados pelos comerciantes negreiros, para os quais o negro não era um ser humano, mas uma besta de carga, um mero semovente.

Edmar Morel, para escrever o “Dragão do Mar”, conviveu com os únicos sobreviventes da epopéia, a professora de piano Elvira Pinho, diretora da Sociedade Cearense Libertadora, e o comerciante Alfredo Salgado, um dos animadores da Libertadora, ambos com 90 anos naquela época.

Novos clubes surgiram de apoio à humanitária campanha, como o Clube dos Libertos e o Centro Abolicionista, que contavam com a presença do Barão de Studard, Vice-Cônsul da Inglaterra, e vários sacerdotes, oficiais do Exército e da Marinha. No dia 1º de janeiro de 1883, caiu o primeiro reduto escravagista, a cidade de Acarape, hoje Redenção. Foi o começo da queda da Bastilha e o fim de uma era degradante.

É oportuno lembrar que a primeira lei mandando acabar com a escravatura foi apresentada pelo Deputado Federal cearense Silva Guimarães, na sessão de 2 de agosto de 1859, sabotada pelo Barão de Cotegipe, descendente de africano, e que comandava a bancada do Partido Conservador, cujo gabinete governou de 1849 a 1852.

Edmar Morel conta que José do Patrocínio, ante a alforria de 116 cativos, no Município de Acarape, enviou o seguinte telegrama ao Imperador D. Pedro II:

“O nome de Vossa Majestade ainda não figura na lista dos subscritores da Sociedade Cearense Libertadora”.

D. Pedro mandou um conto de réis, quantia suficiente, apenas, para alforriar duas escravas, boas para cria.

Seu genro, o Conde D’Eu, era um negreiro por excelência, e trouxe, de volta da campanha do Paraguai, milhares de soldados brasileiros arrancados das senzalas e levados para o Paraguai, retornando todos ao cativo, muitos deles condecorados por atos de bravura. É conhecida a frase do Conde D’Eu no momento em que a sua mulher, a Princesa Isabel, assinava a Lei Áurea:

“Não assinie o decreto da Libertação. É o fim da Monarquia.”

Está visto, então, que a tardia Lei Áurea foi um ato forçado ante a reação popular, e em todos os sentidos um engodo para o ex-escravo.

Não foi uma doação imperial. Pelo contrário. Foi, sim, uma lei imposta pela vontade do povo, com implicações internacionais de interesses mercantis, e frustrada em seus justos propósitos pela elite dominante.

Alguns historiadores insistem em apontar o Imperador D. Pedro II e a Princesa Isabel como defensores dos escravos. A história verdadeira é diferente. O germe da Abolição sempre esteve presente na alma do africano escravizado e do brasileiro, como demonstram Palmares e a Conjuração Baiana em 1798. D. Pedro II contemporizou o problema e durante décadas impediu que a liberação dos escravos se concretizasse.

Em 1867, respondendo ao apelo da Junta Francesa de Emancipação, declarou que o “assunto era de primeira importância para o Governo brasileiro”, mas apesar disso só depois de 21 anos é que foi assinada a infeliz lei de 13 de maio de 1888.

O Brasil era o único país das Américas que mantinha a escravatura. Era uma vergonha internacional ainda maior quando o mundo havia assistido a derrota das tropas francesas no Haiti e a libertação dos seus 500 mil cativos. Foi na verdade uma guerra anticolonial dirigida pelo grande líder negro Toussaint L'Ouverture, no final do século XVIII.

O povo cearense jamais acreditou na propalada benemerência da família imperial e, dia a dia, via crescer a massa popular nos comícios.

Demitido do cargo de Prático-Mor do porto de Fortaleza, Francisco José do Nascimento bradou pelos jornais:

“Resta-me, agora, fechar minhas contas com os meus covardes inimigos.”

As senzalas cearenses iam caindo pelos sertões, para desespero dos latifundiários.

Finalmente, surge a manhã luminosa de 25 de março de 1884, quando o Governador Sátiro Dias anunciou do alto de um palanque:

“A Província do Ceará não possui mais escravos!”

D. Pedro II não perdoou o Governador, demitindo-o sumariamente. O Governador saiu do Palácio nos braços do povo.

Como representante dos negros brasileiros na Câmara dos Deputados, saúdo o povo do Ceará, na pessoa do jangadeiro negro Francisco José do Nascimento, e, como descendente dos africanos escravizados neste País, participo do júbilo dos cearenses pela data de 25 de março de 1884, quando Joaquim Nabuco disse:

“O Ceará é o começo de uma Pátria livre!”

O povo afrobrasileiro espera, confiante, que os cearenses dos nossos dias continuem sustentando aquela chama libertária de 1884. Os inimigos do negro ainda usurpam os nossos direitos através da discriminação racial, forma de injustiça que substituiu a escravidão depois de 1888. Esta confiança esperançosa tem seu suporte nos valores mais altos daquele rincão de nossa Pátria, incorporados em figuras humanas como a de um D. Helder Câmara, o Bispo dos deserdados, que acaba de completar 75 anos de vida doada aos humilhados e ofendidos deste País; no gênio de um poeta como Gerardo Mello Mourão, no momento indicado pela maioria dos nossos escritores para o prêmio “Juca Pato”; e, ainda, no Deputado Paes de Andrade, sempre destemido, ao lado dos famintos e injustiçados. Com estes filhos, e muitos outros do mesmo porte, o Ceará prossegue trilhando o caminho da liberdade e da dignidade para todos os ho

mens e mulheres, iguais em sua origem essencial, porém diferentes em suas vivências de história, etnia, cultura e religião.

Termino registrando na História desta Casa do Povo as manifestações ocorridas em todas as comunidades negras do País pelo transcurso, a 25 de março último, do Dia Internacional de Luta contra o Racismo, instituído pelas Nações Unidas em lembrança do massacre de 69 negros, em Sharpeville, na África do Sul, em 1960, quando lutavam pacificamente contra o racismo institucionalizado do **Apartheid**.

No dia 21 de março transcorreu, também, o primeiro aniversário do decreto assinado pelo Governador Leonel Brizola, instituindo a comemoração oficial do Dia Internacional contra o Racismo, em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Termino celebrando todos aqueles negros e brancos, que se empenharam ou se empenham no combate à indignidade da escravidão e à crueldade do racismo.

Axé, Companheiros! (Palmas.)

